

Gênero, sexualidade e reprodução no curso de vida de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife

Luís Felipe Rios¹

Marion Teodósio de Quadros²

Resumo: Este artigo discute experiências sexuais e reprodutivas de mulheres jovens em busca de indicadores sobre dinâmicas de gênero, sexualidade e reprodução, a partir de resultados de três pesquisas. A idade de iniciação sexual localiza-se por volta dos 13 anos e o controle sobre as jovens enfraquece o poder de negociação para prevenção e contracepção. O fenômeno da “gravidez na adolescência” ocorreu em diferentes gerações de mulheres. A gravidez é valorizada como passagem para a “adulterez”.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; juventude, mulheres, gênero, sexualidade.

Gender, sexuality and reproduction in the life course of young women from Recife Metropolitan Region

Abstract: *This paper discusses sexual and reproductive experiences of young women in search of indicators on the dynamics of gender, sexuality and reproduction*

1 Programa de Pós-graduação em Psicologia e Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – Brasil - lfelipe.rios@gmail.com

2 Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Departamento de Antropologia e museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – Brasil - marionteodosio@yahoo.com

based on the results of three different empirical studies. The age of sexual initiation is around the age of 13, and control over young women weakens the bargaining power for prevention and contraception. The phenomenon of “teenage pregnancy” occurred in different generations of women. Pregnancy is valued as a passage to adulthood.

Keywords: *teenage pregnancy; youth; women; gender; sexuality.*

Introdução

Este artigo discute as experiências sexuais e reprodutivas de mulheres jovens por meio de três estudos empíricos realizados entre 2008 e 2013 na Região Metropolitana do Recife.³ Embasamo-nos em uma perspectiva teórica de base feminista (Rubin, 1993; Haraway, 1995; Brah, 2006), que conceitua a vida sexual e reprodutiva como decorrentes dos significados socialmente compartilhados sobre sexo, gênero e reprodução, na interface com outros marcadores sociais, com implicações de poder e assume um posicionamento ético-político sobre o olhar do pesquisador(a) e sobre o conhecimento produzido, comprometendo-se com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Nessa perspectiva, investigamos os regimes de produção de diferenças sociais nos corpos-subjetividades (Brah, 2006), para chegar, analiticamente, àquilo que Rubin (1993) denominou sistemas de sexo-gênero: modalidades socioculturais de constituir os sujeitos de maneira a fazer garantir a multiplicação dos indivíduos e a dinâmica da cultura, regulando, em especial, a vida sexual e afetiva e a divisão do trabalho (público e doméstico), entre outras dimensões sociais.

3 O primeiro foi resultado do projeto “Mulheres jovens e dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE” (2008 a 2010), desenvolvido com financiamento da FACEPE (processo APQ- 0495-7.03/08) e do CNPq (processo 402947/2008-8), e dos programas de bolsa de iniciação científica da FACEPE e UFPE/CNPq. O segundo foi resultado do projeto “Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)” (2011 a 2013), desenvolvido com financiamento da FACEPE/SecMulher (processo APQ- 0142-7.07/10) e dos programas de bolsa de iniciação científica da FACEPE e UFPE/CNPq. O terceiro consistiu em uma pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas (PCAP) (2012 a 2013), integrante do programa “Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape” financiado pela Refinaria Abreu e Lima S.A., a Petroquímica Suape, o Consórcio RNEST Conest, a Alusa Engenharia e o Consórcio RNEST O. C. Edificações (EIT/Engevix), e com o apoio institucional do Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde do Brasil, do governo do estado de Pernambuco e das prefeituras de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Este artigo também integrou as atividades de estágio pós-doutoral da co-autora Marion Teodósio de Quadros, por meio da bolsa PDE CNPq (processo 204337/2018-6). É importante mencionar que um conjunto grande de professores-pesquisadores, graduandos, mestrandos e doutorandos estiveram envolvidos nos três estudos aqui comentados. Agradecemos a profícua colaboração de todos, em especial às Profas. Dras. Karla Galvão Adrião, Jaileila Araújo de Menezes e Rosineide Cordeiro.

O curso reprodutivo de mulheres jovens tem sido objeto da acalorada discussão no campo amplo das ciências sociais e da saúde, ganhando relevo com base no fenômeno “gravidez na adolescência”. Muito se fala sobre o fenômeno, mas pouco sobre a vida sexual propriamente dita (prazer, eroticidade, parcerias e práticas sexuais) das mulheres nessa fase da vida (Quadros, 2014). Rios *et al.* (2002), em análise sobre as produções acadêmicas sobre saúde sexual e reprodutiva dos jovens da década de 1990, observaram que os estudos sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) tinham como sujeitos privilegiados os homens, e, em geral, estavam mais preocupados com as práticas sexuais de modo a identificar os modos de transmissão. Os estudos que se dedicavam à saúde reprodutiva escutavam as mulheres, com um olhar que sobrecarregava mais os efeitos da gravidez na trajetória feminina e menos nas experiências sexuais anteriores ao evento.

Essas pesquisas buscavam explicações para os dados epidemiológicos, mas, muitas vezes, as abordagens eram marcadas pelas próprias construções de gênero, encobrando, por exemplo, que homens e mulheres estão envolvidos nas questões reprodutivas (Lyra, 1998; Quadros, 2006) e na disseminação de IST (Paiva, 1994, 2000; Monteiro, 1999). Essas discussões abriram novas linhas de trabalho (como os dos supracitados autores(as)), além de chamar atenção para a importância de se refletir sobre a dupla proteção (às IST e gravidez), no caso das mulheres e homens heterossexuais (Villela, 2003; Berer, 2006; Quadros *et al.*, 2011; Quadros *et al.*, 2012).

De todo modo, a sexualidade de mulheres menores dos 18 anos ainda permanece como assunto pouco pesquisado nas ciências sociais e da saúde, especialmente no que se refere a aspectos que vão além das idades de iniciação sexual e usos de métodos de prevenção e contracepção dos inquiridos sobre conhecimentos, atitudes e práticas (Brasil, 2011; Paiva *et al.*, 2008; Paiva *et al.*, 2011; Quadros, 2014a; Quadros, 2014b).

Os próprios termos “adolescência” e “juventude” possuem percursos que revelam diferentes abordagens e áreas nas quais um ou outro conceito é mais aplicável, o que estimulou um debate acalorado nas últimas duas décadas do século passado (Rios *et al.*, 2002; Freitas, 2005; Villela; Doreto, 2006). Ambos remetem ao ciclo de vida e à sua dinâmica, no que se refere à passagem da infância para a vida adulta, mas são demarcados e contextualizados de formas diferentes (León, 2005).

A “adolescência” se constitui enquanto conceito chave no campo da psicologia e biociências, enfatizando mudanças em aspectos fisiológicos, biológicos ou do desenvolvimento físico e na estrutura do pensamento, sendo os processos

identitários, individuais ou coletivos uma decorrência dessas mudanças. A juventude, por sua vez, é uma categoria etária dinâmica que se constituiu no seio das ciências sociais e humanidades, uma construção histórica, social, cultural e relacional (León, 2005; Villela; Doreto, 2006).

De modo operacional, e com fortes implicações nas políticas públicas, adolescência e juventude referem faixas etárias diferentes:

Convencionalmente, tem-se utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, dividindo-se por sua vez em três subgrupos etários: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Inclusive para o caso de designar o período juvenil, em determinados contextos e por usos instrumentais associados, este se amplia para baixo e para cima, podendo estender-se entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos (León, 2005:13).

A delimitação etária por si é insuficiente para analisar os intervalos de idades, uma vez que é incapaz de homogeneizar as experiências dos sujeitos. As questões de classe, gênero, raça, religião, região são importantes para contextualizar e são ferramentas de análise das diferentes juventudes, na nossa perspectiva (Villela, 2003; Castro; Abramoway, 2004; Freitas, 2005; Heilborn *et al.*, 2005; Quadros, 2007; Quadros, 2014b).

A aceção de adolescência como faixa etária dos 12 aos 18 anos, da classificação apresentada por León (2005), é presente no senso comum, sendo utilizada por profissionais de saúde, de educação e usuárias(os) para significar os cursos de vida. Nessa linha, embora conceitualmente nos aproximemos do campo de investigação das juventudes, manteremos o uso da categoria adolescência/adolescente aspeada, para sinalizar sua utilização enquanto categoria êmica, o que é também uma maneira de dialogar com o campo das políticas públicas em saúde, educação e proteção, em que o termo “adolescente” prospera.

Sobre a “gravidez na adolescência”, pode-se dizer que, na atualidade, duas grandes perspectivas coexistem para ofertar entendimento científico ao fenômeno. A primeira está associada a certo pânico moral⁴ que marcou o olhar dos profissionais de saúde das décadas de 1970 e 1980, e que encontramos operante até hoje. Nela, a gravidez nessa fase da vida é associada à imaturidade física e

4 Fala-se de pânico moral quando um fenômeno é percebido como ameaçando aos valores e interesses sociais, e é apresentado de uma maneira estilizada e estereotípica pela sociedade e mídia de massa, que conclama e imbui a sociedade e os representantes do Estado de prover enfrentamentos moralistas, mesmo que apresentados como fundados em conhecimento científico (Machado, 2004).

psicológica das jovens para a sexualidade, a gestação e a maternidade. Há também o estabelecimento de relações entre taxas de fecundidade e pobreza, o que leva a qualificar o fenômeno, independentemente da complexidade que ele envolve e dos sentidos que a ele são atribuídos em contextos específicos, como algo nefasto a indivíduos e à sociedade. Também são recorrentes as reflexões sobre seu impacto negativo no processo de escolarização e acesso ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, são evocados sentidos sobre projetos e cursos sexuais e reprodutivos, que são os compartilhados pelas camadas médias urbanas, para avaliar os projetos reprodutivos de outros contextos sociais (Ariha; Calazans, 1998; Rios *et al.*, 2002; Rede Feminista de Saúde, 2004; Heilborn *et al.*, 2006).

Assim, quando a gravidez acontece antes dos 19 anos, ela é qualificada como “precoce” e “indesejada” e mulheres jovens e/ou suas famílias são culpabilizadas por um erro na gestão da sexualidade. Belo e Silva (2004: 480) exemplificam essa abordagem:

[...] a gravidez na adolescência tem sido alvo de inúmeros estudos e reflexões por ameaçar o bem-estar e futuro dos adolescentes devido aos riscos físicos, emocionais e sociais que acarreta. [...] A maternidade no início da vida reprodutiva antecipa a maturidade biológica, e precipita momentos socialmente institucionalizados para a reprodução, com claras implicações para a constituição de família e a organização social dominante.

Contextualizando histórica e socialmente o próprio modo como as faixas de idades são constituídas e significadas (Brandão; Heilborn, 2006; Lima, 2006), uma segunda perspectiva entra em cena, em que são valorizados os contextos socioculturais em que significações sobre fases da vida, sexualidade e reprodução são produzidas (Ariha; Calazans, 1998; Leal; Fachel, 1999; Rios *et al.*, 2002; Almeida, 2002; Rede Feminista De Saúde, 2004; Heilborn *et al.*, 2006; Quadros, 2007; Scott; Quadros; Longhi, 2008; Lima, 2012; Menezes *et al.*, 2012).

Leal e Fachel (1999) observam que para homens e mulheres pertencentes às classes populares, a gravidez na adolescência propicia a mudança de *status* social e familiar, referentes aos novos papéis de pais/mães e ao novo estado de conjugalidade. Na mesma linha, Brandão e Heilborn (2006: 1428) apontam que ao formar uma nova família de procriação, “simbolicamente, há nesse contexto uma certa ruptura a partir do evento da gravidez que inaugura novo período de vida, com assunção moral, mas não material, de novas responsabilidades relativas à prole”. Conforme Lima (2006), para as mulheres, a gravidez vem reiterar o que é esperado para uma mulher, destacando-as das demais, uma vez que galgam o lugar de adultas, responsáveis e respeitáveis, mesmo quando tais

conquistas são acompanhadas de maiores expectativas familiares e sociais acerca dos seus desempenhos enquanto mães.

Assumindo a segunda perspectiva, nossa contribuição neste trabalho será a de discutir os resultados de três estudos, que foram constituídos por aportes metodológicos diferentes, mas em que a convergência dos resultados permite, na discussão com a literatura, reforçar e complementar alguns achados, aprofundando o debate sobre as marcações do sistema de sexo-gênero (Rubin, 1993) nas experiências de sexualidade e reprodução de mulheres jovens.

Metodologia

Os dados aqui discutidos foram coletados entre 2008 e 2013, no âmbito de três estudos, os quais serão sinteticamente apresentados nesta seção. Os estudos foram realizados na Região Metropolitana do Recife (RMR), composta, à época, por quatorze municípios, com uma população de cerca de três milhões e meio de habitantes (censo de 2010). Queremos destacar os municípios de Cabo de Santo Agostinho (185.025 habitantes), Recife (1.537.704 habitantes) e Camaragibe (144.466 habitantes), locais de residência das mulheres participantes das pesquisas objeto deste trabalho (IBGE, s/d). A RMR foi considerada área de impacto das obras do PAC relacionadas ao Complexo Industrial e Portuário de Suape⁵, em especial o município de Cabo de Santo Agostinho, que, por sua proximidade aos campos de trabalho no complexo, abrigou muitos dos alojamentos formais e informais para os milhares de homens que migraram para o trabalho na construção civil (Rios; Medrado *et al.*, 2015; Silva, 2015).⁶

O primeiro estudo, denominado “*Mulheres jovens e dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE*”, foi realizado entre dezembro de 2008 e dezembro de 2010, e abordou os conhecimentos e as estratégias contextualmente utilizadas por mulheres jovens para se prevenir do HIV/Aids e outras IST e para realizarem o exercício da anticoncepção. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante em três circuitos de sociabilidade de jovens, sendo um em Recife e dois em Caruaru, e entrevistas com 22 mulheres jovens, sendo 12 em Recife e 10 em Caruaru (cf. Quadros *et al.*, 2011; Clementino, 2011; Xavier, 2011; Quadros *et al.*, 2012).

5 Envolve a ampliação da estrutura do porto de Suape, a implantação de uma refinaria de petróleo, uma petroquímica e a construção de estaleiros, dentre outros empreendimentos (Brasil, s/d).

6 Os números são imprecisos, mas fala-se da chegada de homens do interior de Pernambuco e de diferentes estados brasileiros para trabalhar nas obras de construção civil. Estima-se que no pico da obra (2010-2012) estiveram trabalhando, só na Refinaria Abreu e Lima, cerca de 45 mil homens (Rios; Lins *et al.*, 2015).

Considerando o território objeto de discussão neste texto, apresentamos, no quadro 1, os dados sociodemográficos das participantes da pesquisa em Recife.

Quadro 1: Dados sociodemográficos das participantes da pesquisa Mulheres e dupla proteção em diferentes circuitos de sociabilidade – Recife

Nome	Idade	Raça/cor*	Escolaridade	Ocupação	Estado Conjugal
Elma	21	Parda	Fundamental	Bicos	Casada
Flávia	16	Negra	Ensino Médio	Estudante	Namora
Geane	17	Parda	Fundamental	Faxineira	Solteira
Karina	21	Branca	Fundamental	Faxineira/comerciante	Solteira
Fabiana	21	Negra	Fundamental	Não	Noiva
Luana	17	Parda	Ensino Médio	Estudante e trabalha em um salão	Solteira
Tissiane	16	Morena	Ensino Médio	Dona de Casa e Estudante	Casada
Vanessa	22	Negra	Fundamental	Dona de Casa	Casada
Talita	24	Negra	Fundamental	Dona de Casa	Casada
Camila	19	Parda	Ensino Médio	Dona de Casa	Casada
Taiza	18	Negra	Fundamental	Estudante	Solteira
Helena	24	Parda	Ensino Médio	Dona de Casa	Casada

A idade delas varia entre dezesseis e vinte e quatro anos, seis das doze jovens interromperam os estudos no Ensino Fundamental, em geral, por motivo de gravidez; quatro estão estudando no Ensino Fundamental ou Médio e apenas duas concluíram os estudos escolares. Quanto à raça/cor⁷, em sua maioria são negras ou pardas, com exceção de uma branca. A maior parte delas possui como ocupação a função de dona de casa, com poucas exceções para estudantes, faxineiras e aquelas que realizam “bicos”, todas com baixa ou sub-remuneração e sem garantias trabalhistas. Em alguns casos as funções ocorrem simultaneamente. Quanto ao estado conjugal, seis são casadas, quatro solteiras, uma noiva e uma namora, sendo que nenhuma é virgem; cinco não têm filhos e as que são mães possuem de um a três filhos.

O segundo estudo, intitulado “*Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)*”, foi desenvolvido entre outubro de 2011 e agosto de 2013. Ele possibilitou a produção de histórias de gravidezes de jovens sob diferentes olhares, o que incluiu a jovem e integrantes de sua rede de convívio e apoio, de modo a analisar as

7 Esta definição ocorreu com base no discurso das entrevistadas.

diferentes percepções sobre a gravidez, as motivações para engravidar e os efeitos da gravidez nas vidas das jovens.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. Na primeira foram realizadas entrevistas com jovens, entre 15 e 17 anos, grávidas ou que tinham, no período da entrevista, filhos de até um ano de idade. Buscamos explorar o contexto de vida anterior à gravidez, atual e os planejamentos das jovens para o futuro. Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas com pessoas da rede de convívio e apoio das jovens. De uma forma geral, foram entrevistadas pessoas da família da jovem, da família do pai da criança, o parceiro e ou pai da criança, pessoas da vizinhança, amigos da jovem, e pessoas de referência na escola, no posto de saúde e na igreja. O quadro 2 apresenta os principais dados sociodemográficos das jovens entrevistadas.

Quadro 2: Dados sociodemográficos das participantes da pesquisa “Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência” – Região metropolitana

Nome	Idade (anos)	Idade Pai	Local	Cor	Estado Civil	Trabalho	Religião	Estuda
Juno	18	-	Recife	Parda	Mora com companheiro	Não	Espírita	Não
Magdalena	18	17	Camaragibe	Morena	Mora com companheiro	Não	Evangélica	Não
Clarisse	18	-	Cabo	Branca	Casada	Não	Evangélica	Não
Geni	16	24	Cabo	Negra	Casada	Não	Não tem	Não

O terceiro estudo, realizado entre outubro/2012 e julho/2013, consistiu em uma pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas (PCAP), um inquérito comportamental sobre formas de transmissão de algumas infecções sexualmente transmissíveis (IST), teste de HIV, discriminação e violência, acesso a preservativos, acesso à *internet*, comportamento sexual, saúde reprodutiva, e uso de drogas (Quadros *et al.*, 2015). O estudo integrou o programa “*Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape*”, uma pesquisa-intervenção que buscou compreender e minimizar as perturbações nos campos da saúde sexual e reprodutiva e uso abusivo de álcool e outras drogas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, relacionadas à chegada de milhares de homens para o trabalho nas obras do Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) (Rios; Lins *et.*, 2015).

Vale destacar que o inquérito, que passaremos a denominar PCAP-Diálogos, foi aplicado no início do projeto para ter uma compreensão mais alargada

dos modos como a população se posiciona frente aos temas objetos da intervenção, e ter elementos para posterior avaliação do programa. Para a execução do estudo foi constituída uma amostragem domiciliar, aleatória em relação à situação conjugal, representativa da população, com margem de erro de 5%, incluindo indivíduos de ambos os sexos, de idades variando ente 15 e 64 anos (Rios; Medrado *et al.*, 2015; Quadros *et al.*, 2015). Para efeitos deste trabalho, concentrar-nos-emos nos dados obtidos com as mulheres de Cabo de Santo Agostinho (198 do total de 384 questionários aplicados no município). A análise dos dados foi realizada por meio do programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 17.

Tabela 1: Dados sociodemográficos das mulheres participantes da PCAP-Diálogos – Cabo de Santo Agostinho

Característica	n(%)	Característica	n(%)
Faixas de Idade	198 (100)	Escolaridade	198 (100)
15-18	17 (8,9)	Analfabeto	11 (5,6)
19-24	25 (12,6)	Fundamental incompleto	74 (37,4)
25-34	57 (28,8)	Ensino fundamental completo	19 (9,6)
35-49	60 (30,3)	Ensino médio/técnico incompleto	23 (11,6)
50-64	39 (19,7)	Ensino médio/técnico completo	56 (28,2)
Classe	182 (100)	Superior completo	15 (7,6)
A+B	37 (20,3)	Situação conjugal	198 (100)
C	108 (59,3)	Nunca foi casada	40 (20,2)
D+E	37 (20,3)	Casada ou vive com companheiro	132 (66,7)
Raça/cor	192 (100)	Outra (Separada, divorciada, viúva)	26 (13,1)
Branca	40 (20,8)	Situação laboral	183 (100)
Negra	110 (57,3)	Empregado(a) com carteira de trabalho	22 (12,0)
Outra	42 (21,9)	Empregado(a) sem carteira de trabalho	10 (5,5)
Religião (para as que disseram que são religiosas)	162 (100)	Trabalha por conta própria	29 (15,8)
Católica	62 (38,8)	Não trabalha atualmente	122 (66,7)
Evangélica	94 (58,8)		
Outras/sem religiões	4 (2,5)		

Fonte: PCAP-Diálogos, 2012 – Mulheres do Cabo de Santo Agostinho

No que se refere ao perfil sociodemográfico das mulheres entrevistadas neste último estudo, predominou mulheres entre 25 e 49 anos (59,1%), de classe C

(59,3%), com ensino fundamental incompleto (37,4%), evangélicas (58,8%), negras (57,3%), casadas ou vivendo com companheiro (66,7%). Entre as maiores de 18 anos, a maioria não trabalhava (66,3%) na ocasião da entrevista, como mostra a tabela 1. Por fim, vale dizer que os três estudos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE.

Organizamos a apresentação de nossos resultados e discussões em quatro tópicos. Iniciamos com uma discussão mais ampla sobre a sexualidade das mulheres, abordando as instâncias reguladoras da sexualidade feminina, as primeiras experiências sexuais e, neste bojo, como elas realizam a prevenção das IST e contracepção. Na sequência, aprofundamos a discussão sobre as experiências de engravidar e ser mãe na “adolescência” com base nas narrativas de quatro jovens e integrantes de suas redes de convívio. O terceiro tópico é dedicado a discutir o percurso reprodutivo não apenas de jovens, mas de mulheres em diferentes faixas de idade. Por fim, aprofundamos o debate sobre os marcadores de gênero e suas implicações nos percursos reprodutivos das mulheres jovens.

Sexualidade de mulheres jovens: primeiras experiências no Alto do Paraíso

Na pesquisa “Mulheres jovens e dupla proteção”, acompanhamos mulheres jovens, moradoras do “Alto do Paraíso”⁸, uma localidade de um bairro da região Norte de Recife, composto de pessoas de classe média baixa ou pobre.⁹ No Alto, como em outros contextos, a socialização sexual antecede a “adolescência” (Parker, 1991; Rios, 2008; Queiroz; Rios, 2013; 2014). As mulheres aprendem sobre sexualidade na sociabilidade cotidiana, nas brincadeiras infantis, escutando o que os adultos e a mídia dizem sobre isso, e conversando com amigos e amigas sobre o tema.

Por meio desse processo plural de socialização, elas aprendem que a virgindade é um valor moral. Nesse bojo, uma classificação de mulheres cujos termos mais expressivos são “*folgosas*”, “*putinhas*”, “*piranhas*”, “*gaieiras*”, “*sem futuro*”, “*gatas velhas10*”, “*caça ratos11*”, que seriam as “*boas para sexo*”, e as “*certinhas*”, “*santas*”, “*com futuro*”, “*mulheres direitas*”, “*de família*”, que seriam as “*boas pra casar*”, como encontramos em outras comunidades de Recife, regula, por meio

8 Nome fictício.

9 O bairro é composto de vários altos e córregos, tem comércio local, escolas públicas e privadas, hospital e postos de saúde. Também possui muitas igrejas católicas e evangélicas.

10 A velhice, aqui, não é sinônimo de idade, mas de experiência sexual.

11 Na denominação “caça ratos”, há uma forte ênfase na atividade e no espaço da rua, porque os ratos (homens) são caçados nesse espaço.

da estigmatização, os comportamentos das mulheres e dos homens¹². As primeiras seriam mulheres que se envolvem em relações sexuais casuais, não possuem muitos critérios para escolher seus parceiros nem estão necessariamente interessadas em ter algum tipo de compromisso de namoro ou casamento. As “santas” seriam mulheres que controlam a sexualidade (quando solteiras) e possuem relações íntimas mais estáveis e monogâmicas (quando casadas) (cf. também Scott, Quadros; Longui, 2008; Clementino, 2011; Xavier, 2011; Quadros *et al.*, 2011; Quadros *et al.*, 2012).

É esse último modelo que, idealmente, pauta o comportamento esperado para que a jovem tenha o respeito da comunidade e possam vir a encontrar um bom namorado, idealmente o futuro marido. As jovens que possuem expectativa de “constituir família”, portanto, mesmo quando têm uma vida sexual ativa, acabam encenando a figura da “santa”, *performando* uma certa passividade e ingenuidade em termos sexuais, para não serem identificadas como “gatas velhas”.

Na família, as conversas sobre sexualidade são raras e, quando existem, são de responsabilidade das mães. Analisando dados dessa pesquisa, Clementino (2011:98) observa que “as mães acreditam que quanto menos se falar sobre o assunto, menor será a abertura para a prática, e, inversamente, maior o poder de controlar”. Apenas Fábria, 16 anos, conversou com a mãe: “Minha mãe também me dava conselho, que quando fosse a minha primeira vez tinha que ser de camisinha com qualquer um homem.” Mesmo quando há conversa, ela gira em torno das formas de prevenção e contracepção (Cf. também Quadros, 2007).

Menezes *et al.* (2012), em pesquisa qualitativa com jovens grávidas residentes na periferia do Recife, observam que algumas não se sentiam confortáveis para falar de sexualidade e prevenção com familiares e esperavam que a iniciativa viesse dos mais velhos. Em adição, mencionavam o impedimento em tratar do tema que a própria família fazia à escola. Queiroz e Rios (2013), em etnografia sobre a construção da sexualidade entre crianças, em uma escola pública de ensino fundamental de Cabo de Santo Agostinho, apontam que o tabu sobre a sexualidade infantil tem postergado as iniciativas de educação sexual para os últimos anos do ensino médio, ainda que as crianças dos primeiros anos do ensino fundamental conversem sobre sexualidade e vivenciem as suas primeiras brincadeiras eróticas.

12 A classificação de mulheres entre as boas para ter relações sexuais e as boas para casar está presente na sociedade brasileira desde a colonização, como significante para valores e práticas (ver Freyre, 1943). Além disso, é importante a referência espacial à casa, como lugar das “santas” e à rua, como local das “gatas velhas”, como itens que compõem a estrutura dessa classificação (Da Mata, 1997).

No nosso estudo, as informações qualificadas sobre sexualidade e prevenção só chegavam para as jovens quando atingiam o Ensino Médio. Mesmo os profissionais dos serviços públicos de saúde silenciavam sobre o tema, a menos que a jovem engravidasse ou se tornasse público que ela não era mais virgem. Só então o tema da “prevenção” da gravidez era tratado. Por outro lado, as próprias jovens que *performavam* a virgindade evitavam tratar dos temas com as profissionais, de modo a não serem percebidas por estas e pela comunidade como “gatas velhas”.

Os veículos mais eficientes para o controle exercido sobre as jovens eram as fofocas da comunidade e o rígido controle das mães em relação à rotina diária e às saídas de casa. Elas procuravam driblar esses controles *performando* a “santa”; enganando as mães acerca de seus paradeiros; indo, quando necessário, consultar-se em unidades de saúde distantes.

Na medida em que as jovens galgavam as idades, elas aumentavam suas possibilidades de trânsito, não só pelos seus municípios de residência, como por outros que fazem a RMR. Essa ampliação era utilizada por algumas como estratégia para escapar dos olhares reguladores dos vizinhos e familiares. Muitas vezes, elas davam preferência em se relacionar afetivo-sexualmente com jovens de locais mais distantes de suas residências.¹³

Assim, o controle não conseguia retardar o início da vida sexual das jovens para o após casamento. Não obstante, enfraquecia o poder de negociação na prevenção e contracepção. A falta de informação qualificada e/ou a impossibilidade de ter consigo métodos preventivos, por medo que a mãe ou integrantes da comunidade ficassem sabendo, vulnerabilizava-as, como ilustra o depoimento de Vanessa:

Usava nada, nem um remédio, nem nada. Porque eu tinha medo de ir pro médico pra mainha não desconfiar e tinha medo de usar camisinha porque diziam que estourava e eu não era experiente em nada, aí eu não usava nada, não me prevenia com nada. Ele botava. Aí quando, pan, tirava. (Vanessa, 22 anos).

13 É importante esclarecer que os municípios que fazem parte da região metropolitana compõem como que um mosaico, onde seus limites territoriais muitas vezes não ficam muito claros para os habitantes. Não é raro haver uma dificuldade de identificar a que município alguns bairros pertencem. Também é comum se dizer que Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Olinda são “dormitórios” de Recife, principal centro econômico de Pernambuco, provocando um grande fluxo de pessoas para a “cidade” (como se referem a Recife) pela manhã e um refluxo para os municípios de residência no fim da tarde. Ainda assim, em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, estão estabelecidas as mais importantes indústrias da RMR que, de certo modo, cria um contrafluxo de trabalhadores. Para trafegar as pessoas se utilizam de uma rede formada de terminais integrados de passageiros de ônibus e metrô que liga esses municípios. É por meio dessa rede que as jovens transitam em busca de maior anonimato para suas vivências afetivo-sexuais.

Cinco das nossas interlocutoras tiveram a primeira relação sexual com um “ficante” (parceiro eventual), cinco, no decorrer de relacionamento mais estáveis, com o namorado, uma com o marido antes do casamento e uma com o marido após o casamento. A idade da primeira relação sexual variou de onze a vinte anos, com **média de 12,6 anos**. Sete das jovens usaram o preservativo na primeira relação sexual, quatro não usaram nenhum método preventivo e uma usou a pílula anticoncepcional.

Uma série de estudos têm apontado que a primeira relação sexual das mulheres acontece cada vez mais cedo em suas trajetórias sexuais. Pesquisas nacionais brasileiras mostram que a idade média para a primeira relação sexual era de 16 anos em 1984 (entre mulheres que tinham entre 16 e 19 anos); e 15,3 anos, em 1998, e 15,2 anos em 2005 (Borges, 2007; Paiva *et al.*, 2008; Brasil, 2011). Os resultados da PCAP-Diálogos, que entrevistou mulheres em diferentes faixas de idade sobre idade de iniciação sexual também permite tal constatação, uma vez que entre as mulheres mais velhas de nossa amostra, a idade média de iniciação sexual foi de 19,21 (35-49 anos) e 17,19 (50-64 anos), enquanto entre as mais jovens foi de 14,33 (15-18 anos) e 15,89 (19-24 anos).

No momento em que nos preparamos para deslocar nossa discussão do percurso sexual para a trajetória reprodutiva, não podemos deixar de lembrar que é na primeira faixa de idade (12-15 anos) que o fenômeno da gravidez é considerado, do ponto de vista fisiológico, mais preocupante para a saúde das mulheres (Rede Feminista de Saúde, 2004). Ainda assim, como apontamos, muitas mulheres iniciam suas vidas sexuais sem informações qualificadas sobre métodos contraceptivos e, mais amplamente, saúde sexual e reprodutiva e sem acesso aos insumos necessários para a proteção (Quadros, 2007; Queiroz; Rios, 2013; 2014). Os resultados que apresentamos sugerem que a vivência da sexualidade está presente no cotidiano de crianças (brincadeiras e jogos) e nas experiências de jovens, mas as iniciativas de educação sexual, quando acontecem, são tardias.

“Gravidez na adolescência”

Na Região Metropolitana do Recife, contexto de realização das três pesquisas discutidas, o significativo que carregava o pânico moral da “gravidez na adolescência” é a expressão “filhos de Suape”, constantemente objeto de comentários na televisão e na mídia impressa, tema, em 2011, de uma série de matérias no Diário de Pernambuco (2011), um dos principais jornais do estado (cf. também Figueiredo; Santos; Peixoto, 2015). Como uma epidemia de significação

(Treichler, 1987),¹⁴ a expressão se espalhava por toda a RMR, reforçando o estigma em relação à sexualidade na juventude (discutida anteriormente) e a “gravidez na adolescência”.

A expressão “filhos de Suape” remetia a quatro linhas de significação interligadas: à gravidez em uma fase indevida do ciclo vital; à pressuposição de que estaria associada à exploração sexual das adolescentes; os genitores seriam os migrantes, trabalhadores em Suape¹⁵; os filhos não seriam “assumidos” pelos genitores, ironicamente delegando a paternidade ao território.

Para nos deslocar de tais representações rumo a adensar a compreensão do fenômeno “gravidez na adolescência” com base em uma análise de gênero, é importante colocar em perspectiva as várias dimensões que impactam o curso de vida das jovens e a viragem que o evento gravidez provoca. Tomemos, então, os resultados do nosso segundo estudo, apresentando brevemente as biografias das quatro jovens moradoras da RMR.

Junio, 18 anos, residia na periferia do Recife, e já havia abandonado o Ensino Médio antes de engravidar. Sua gravidez não foi planejada, porém, desejava ser mãe. Ela e o marido sabiam que não tinham condições financeiras para garantir sozinhos a chegada do filho. A anunciação da gravidez para os familiares foi muito conturbada, mas o evento também significou um momento positivo para a jovem. Ela não tinha uma relação boa com a família de origem “ora morava com a vó, ora morava com a mãe, ora morava com o pai”, e a não aceitação do fato pela avó a levou a passar a residir com o marido e a família dele. A mudança de residência foi avaliada positivamente, mas também significou que a provisão de bens e recursos para ela e o bebê tornaram-se “obrigação” do novo núcleo. Estimulada pela família do marido, afirma de ter vontade de voltar a estudar, mas sublinha que essa decisão depende da aprovação do cônjuge.

Clarisse, 18 anos, é evangélica e parou o Ensino Médio durante a gravidez. Antes, seus projetos eram estudar e ter um emprego estabilizado, em segundo plano vinha o matrimônio e filhos. Ela teve sua primeira relação sexual com aquele que seria pai do seu filho. Quando a gravidez aconteceu, morava com a mãe e dois irmãos na periferia de Jaboatão dos Guararapes. Foi expulsa de

14 A autora usa da expressão para se referir ao conjunto de representações estigmatizantes associadas ao HIV, disseminadas socialmente, com efeitos nefastos na prevenção da infecção e no cuidado aos portadores do vírus.

15 Como já sinalizamos, entre 2007 e 2015, houve um significativo aumento dos postos de trabalho com melhores rendimentos financeiros para os homens locais e a chegada de mais homens advindos de outros municípios de Pernambuco e outros estados, para assumir os postos de trabalhos ociosos. Conforme Silva (2015), muitos destes homens mantêm laços afetivos-sexuais construídos em seus lugares de origem, mas não deixam de se relacionar sexual e afetivamente com as mulheres locais.

casa, passando a residir na casa da sogra, em um bairro pobre do Cabo de Santo Agostinho. Atualmente ela é dona de casa, cuida dos afazeres domésticos e do filho. Seu marido sustenta a casa. Ela comenta que gostaria de voltar trabalhar e estudar, entretanto é impedida pelo marido.

Geni, 16 anos, estudou até o quinto ano do ensino fundamental e diz já ter trabalhado em casa de família. Morava em um bairro pobre no Cabo de Santo Agostinho, num puxadinho da casa da sogra, com companheiro (24 anos) e a enteada (dois anos). Menciona já ter sido casada, mas não teve filhos por usar contraceptivos. A gravidez foi planejada pela jovem e companheiro, que queria companhia para a filha. Bem antes da gravidez já havia abandonado os estudos e levava, em suas palavras, uma “*vida desprezada*”. Avalia que a gravidez trouxe um rumo à sua vida, ganhando responsabilidade, levando-a a assumir uma posição de mãe de família.

Magdalena, 18 anos, é evangélica, morava com o companheiro e a filha, em residência próxima à casa da sogra, na periferia de Camaragibe. Teve uma primeira gravidez com dezesseis anos, que foi espontaneamente abortada. Engravidou novamente aos dezessete anos da filha, que tinha três meses quando da entrevista. Relata que tinha vontade de morar sozinha desde antes do atual companheiro. Deixou a escola quando engravidou para não ter que mostrar a “*barriga*” às pessoas. Como Juno, por conflitos com a família, alternou residência entre as casas da mãe e avó. Diz ter trabalhado como babá, antes de engravidar. Conta que antes do namoro com o pai de sua filha “*brincou muito*”, referindo-se a experiências prazerosas de lazer.

Esse breve passeio pelas narrativas das nossas quatro interlocutoras permite constatar a variedade de dimensões que atravessam a emergência e os significados da gravidez e maternidade nas trajetórias das jovens. Para todas elas a gravidez emerge como um evento com grande potencial disruptivo. Suas famílias não desejavam sua ocorrência nessa fase da vida. Todas elas mudaram de residência quando as famílias de origem ficaram sabendo do evento e passaram a se aproximar da família do marido. Apenas Magdalena forma, de pronto, seu próprio núcleo familiar em uma residência própria. Juno e Clarisse passam a morar com os sogros e Geni a habitar num puxadinho, construído no terreno da sogra.

Para todas elas, entretanto, a gravidez é significada como oportunidade para assumir uma nova posição social: “*dona de casa*”. De certo modo, a experiência da maternidade completa e consolida as transformações iniciadas com a gravidez, que se atualizam na consecução de responsabilidade, como assinala Magdalena:

O que eu acho que mudou mais assim foi eu amadureci mais, que antes eu só tinha pensamento pra mim. Só tinha pensamento pra sair. Não tinha, assim, responsabilidade com casa. Né?! (...) Mas, assim, eu sei também que vai ter uns sonhos que eu não vou mais conseguir realizar na minha vida. (Magdalena)

De certo, como sugere Magdalena, as entrevistadas são sabedoras das implicações de se tornarem mãe e dona de casa, abrindo mão de alguns sonhos. Além disso, perdem as suas autonomias para a tomada de decisões pelo fato de passarem a depender financeiramente dos maridos e das famílias deles, uma vez que as que trabalhavam precisaram deixar de o fazer.

Porque eu não estou estudando, então eu não estou fazendo nada. O máximo que eu posso fazer hoje é minha matrícula, né? Na verdade eu vou ter que fazer, que já começou as matrículas pela internet. (...) Por que quem paga todas as contas é ele! (Juno)

A necessidade de trabalho fora de casa antes da gravidez esteve presente em três dos relatos, e todas estavam sem trabalhar fora de casa, quando da ocasião da entrevista. A saída da escola antecede a gravidez de duas das participantes da pesquisa; e nos parece que a expectativa de galgar melhores postos de trabalho, com investimento nos estudos, só figurava explicitamente na narrativa de Clarisse.

Nesse contexto, é importante refletir sobre os atrativos para manter/fazer sair as jovens da escola, e as condições das escolas para acolher uma jovem grávida e uma jovem com filhos (Menezes *et al.*, 2012). Muitas jovens, de classe popular, ouvidas em outras pesquisas, ou já haviam abandonado a escola, ou já tinham como meta a saída da escola e a constituição de família (Leal; Fachel, 1999; Almeida, 2002; Heilborn *et al.*, 2006). Os resultados sugerem que a produção da subjetividade feminina mais ampla, em especial das classes populares, localiza a passagem para a *adulthood* pela ideia de ser mãe e constituir sua própria família nuclear (pai, mãe e filho).

Além das jovens, também escutam as opiniões de integrantes de suas redes de convívio, indicados por elas próprias. De forma geral, a “gravidez na adolescência” é percebida por eles/as como algo negativo. A categoria “precoce”, que também faz parte do senso comum, sem deixar de estar associada a certos prejuízos da gravidez na trajetória das jovens, toma outros contornos. O sogro de Juno avalia

Justamente pela idade. Pra terem juízo, por que ela é muito nova e ele tava terminando a faculdade, prestes a terminar a faculdade. E alertar justamente pela responsabilidade, se você... se acontecer da gravidez. Ela é muito nova, vai perder a juventude e começar a perder as oportunidades.

Como em outras falas dos integrantes das redes, há como que um desejo ou expectativa de que as/os jovens se dediquem aos estudos (o que nem sempre é possível, dadas as condições econômicas), e, assim, adiem as exigências de maior responsabilidade para a *adulterez*. Parece-nos que, para os familiares das jovens, é menos uma questão de capacidade para cuidar de si mesmo e de filhos (elas já colaboram com os afazeres nas residências e cuidados de irmãos, muitas contribuindo financeiramente, com trabalhos e bicos, para as despesas domésticas). Como sugere o sogro de Juno, as famílias têm expectativa de que suas filhas (e filhos), adiando a formação de sua própria família, tenham mais oportunidades no mercado de trabalho.

Na ocasião das entrevistas, Clarisse e sua mãe relatam sobre seus mútuos conflitos e embates. Eles tinham a ver com as expectativas da mãe, frustradas pela filha. A mãe de Clarisse também passou pela experiência da “gravidez na adolescência”, casou e não pôde estudar ou trabalhar, vivendo a dependência financeira e a falta de autonomia para a tomada de decisões até a morte do marido. De uma hora para outra, sem nenhuma formação, precisou assumir as responsabilidades de chefe de família. Ela se esforçava para que a filha priorizasse a formação escolar e a carreira profissional em detrimento do matrimônio e maternidade. Estava sempre chamando a filha à responsabilidade de jovem, que é chegar cedo em casa, e não ter experiências sexuais que poderiam levá-la à gravidez. Quando soube da gravidez da filha, ficou profundamente perturbada, chegando a expulsá-la de casa.

Paradoxalmente, se, nas classes populares, a rede de convívio percebe na “gravidez na adolescência” um sinal de irresponsabilidade, é a própria gravidez e a maternidade, se a jovem *performa* o que é prescrito para a mulher-mãe, que vai conferir-lhe o *status* de alguém responsável, que também é sinal de que a jovem chegou na *adulterez* com sucesso. Neste sentido, a enfermeira, integrante da rede de convívio de Magdalena, comenta:

Olhe eu não sei se era motivação dela, específica. Eu não tive essa curiosidade de perguntar (...) o que eu observo assim, no geral de uma adolescente é que assim a gravidez pra muitos, assim é um passo pra autonomia de vida. É como se fosse a emancipação dela enquanto mulher. (Enfermeira)

Rios *et al.* (2008), investigando o modo como lideranças religiosas católicas e evangélicas regulavam a sexualidade dos(as) jovens, apontam a emergência da categoria responsabilidade como algo que se deve desenvolver nos(as) jovens. Os autores relacionam responsabilidade aos dispositivos de segurança modernos, descritos por Michel Foucault. Ter responsabilidade era

demonstrar ser capaz de realizar cálculos de risco, mesmo quando se estava longe da comunidade de culto (neste caso, também levando em consideração os preceitos religiosos).

Como pode-se notar pelos fragmentos de narrativas transcritos até aqui, a categoria *responsabilidade* também foi recorrente para descrever as experiências das jovens, tanto por elas próprias como pelos integrantes de suas redes de convívio. As(os) diferentes interlocutores a associam à aceitação pelas jovens das regulações estabelecidas pelas categorias etárias para a realização dos prazeres. Isso inclui, além dos limites na experimentação da sexualidade, a circulação pelos espaços públicos de lazer, os horários de estar na rua e o uso de álcool e outras drogas.

No entanto, os “desvios” podem se transformar em possibilidades de redenção. Quando a jovem muda de *status* por meio da gravidez e aceita as novas regulações de gênero, solicitadas pela maternidade, ela pode se perceber e ser percebida como responsável. Essas mudanças de percepção acontecem com todas as nossas entrevistadas, como comenta uma amiga de Magdalena.

Magdalena, assim, ficou mais madura. Hoje ela chega brincando, conversando. Hoje ela chega mais tranquila. Hoje ela está mais focada (...) no bebezinho dela, né? (...) Até a forma de se vestir (...). Antes era mais jovial e hoje eu percebo ela mais senhora da situação. (...) Ela se impõe respeito, ela é uma adolescente que sabe onde está pisando. (Amiga)

Também é importante frizar que, nos quatro casos, o fato dos homens terem reconhecido a paternidade e passarem a coabitar com as jovens pode significar um elemento importante, tanto para o exercício da maternidade pelas jovens como para a mudança de percepção dos integrantes das redes sobre elas.

Percursos reprodutivos das mulheres e “os filhos de Suape”

A narrativa da mãe de Clarissa, sobre também ter sido mãe “adolescente”, atualiza o questionamento que nos levou a investigar a idade de primeira gravidez na PCAP-Diálogos. Seria a “gravidez na adolescência” um fenômeno novo, como apregoava O diário de pernambuco (2011), com as manchetes sobre os “filhos de Suape”? Para construção dos resultados sobre a primeira gravidez das mulheres da PCAP-Diálogos, agregamos as respondentes por faixas de idade e incluímos no cálculo as mulheres que nunca experimentaram a gravidez, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Faixas de idades de relato de primeira gravidez por faixas de idade das mulheres entrevistadas

Faixa etária das mulheres	Faixa etária de quando ocorreu a primeira gravidez					Total
	12-15 n (%)	16-18 n (%)	19-25 n (%)	26-36 n (%)	Não engr. n (%)	
15-18	3 (17,6)	3 (17,6)	0 (0,0)	0 (0,0)	11 (64,7)	17 (100)
19-24	2 (8,0)	14 (56,0)	3 (12,0)	0 (0,0)	6 (24,0)	25 (100)
25-34	7 (12,3)	17 (29,8)	24 (42,1)	3 (5,3)	6 (10,5)	57 (100)
35-49	9 (15,0)	14 (23,3)	17 (28,3)	10 (16,7)	10 (16,7)	60 (100)
50-64	2 (5,1)	14 (35,9)	14 (35,9)	1 (2,6)	8 (20,5)	39 (100)
Todas as mulheres entrevistadas	23 (11,6)	62 (31,3)	58 (29,3)	14 (7,1)	41 (20,7)	198 (100)

1. Em negrito as gravidezes que ocorreram nos dez anos anteriores à entrevista

Fonte: PCAP-Diálogos – Mulheres do Cabo de Santo Agostinho

Considerando todas as mulheres entrevistadas, as faixas de idade nas quais a primeira gravidez têm maior ocorrência são as de 16-18 (31,3%) e de 19-25 (29,3%). Também há uma constante ocorrência da gravidez entre os 12-15 anos, na ordem dos 11,6%. Do total de mulheres, 20,7% nunca engravidou, entretando, vale apontar que muitas ainda estão na fase reprodutiva, podendo o evento ainda ocorrer em seus cursos de vida. Embora a “gravidez na adolescência” tenha maior ocorrência na trajetória de vida de mulheres que tinham entre 19 e 24 anos, ela não deixou de ter ocorrido entre mulheres das demais faixas etárias – 42,9% do total de mulheres engravidaram entre 12 e 18 anos. Nossos resultados, portanto, questionam as representações relacionadas à expressão “filhos de Suape”, uma vez que a ocorrência da gravidez esteve fortemente presente nas várias gerações de mulheres entrevistadas.

Também no contexto de Cabo de Santo Agostinho, Xavier (2017) realizou pesquisa qualitativa, entre julho de 2015 e março de 2016, abordando a vida sexual e reprodutiva de dois grupos de mulheres, moradoras de Gaibu.¹⁶ O primeiro grupo foi composto de oito mulheres, de idade variando entre 18 a 24 anos (jovens, na classificação da autora), todas solteiras. O segundo grupo foi formado por oito mulheres, de idade variando entre 26 a 34 anos (adultas jovens, na classificação da autora). As jovens nunca engravidaram. Cinco das oito mulheres adultas jovens engravidaram na “adolescência” e uma, apesar de ter

16 Gaibu está localizada na costa de Cabo de Santo Agostinho, abrigando duas praias bastante frequentadas por turistas. Por já possuir pousadas e ficar próxima dos principais canteiros de obras foi locus de muitos alojamentos informais dos trabalhadores migrantes.

casado na “adolescência” e de afirmar que desejava engravidar naquele período, só o conseguiu mais tardeamente. Essas cinco narrativas vão ao encontro dos resultados da PCAP-Diálogos, mostrando que a “gravidez na adolescência” já estava presente na região antes do início das obras do PAC.

Nosso estudo não investigou, no inquérito, o perfil dos genitores das primeiras gravidezes das entrevistadas – homens locais ou migrantes. Não obstante, os resultados de Xavier (2017) apontam que a maior parte de suas entrevistadas se interessavam pelos homens locais. Inclui, as representações sobre os migrantes os relacionavam à violência, assédio sexual e uso abusivo de álcool e drogas. Nenhuma das jovens namorou migrantes e, das adultas jovens, apenas uma, das oito entrevistadas, namorou um migrante. Nenhuma (jovens ou adultas jovens) engravidou de trabalhadores “estrangeiros”.

Por outro lado, independentemente de se os homens que interagem no Cabo de Santo Agostinho eram migrantes ou nativos, o fato é que estavam capitalizados financeiramente, e tinham, simbolicamente, mais chances para se apresentarem como atrativos para as mulheres. Ao longo do trabalho de campo da equipe mais ampla que compõe o projeto Diálogos Suape, foi muito comum se ouvir falar do efeito que o crachá de trabalhador da Petrobras produz sobre as mulheres jovens da região, simbolicamente apontado para o fato de que seu portador era um homem bem empregado, e, portanto, um homem bom para se relacionar afetivo-sexualmente e, quem sabe, casar (Silva, 2015).

Porém, não devemos creditar, simploriamente, o arranjo de gênero que relaciona renda financeira e afetos, ao novo contexto de Suape. Como já apontava Berquó (1998), no Brasil, uma construção cultural de gênero tem atravessado gerações: no mercado de matrimonial (e, mais amplamente, no mercado das trocas sexuais), os homens apresentam como capital simbólico o estabelecimento sócio-econômico, e as mulheres a beleza juvenil. No caso do Cabo de Santo Agostinho, ao que parece, a nova configuração de trabalho e renda reforça esta construção cultural, na medida em que não houve significativo aumento de postos de trabalho para as mulheres, em especial para as mais jovens – como aponta os dados apresentados para caracterização do perfil das entrevistadas, apenas 33,3% das mulheres de 18 anos ou mais relataram estar trabalhando, ao passo que 63% dos homens na mesma faixa de idade relataram estar trabalhando.¹⁷

17 O inquérito acessou as(os) respondentes em seus domicílios, durante o dia, período em que muitas pessoas estão fora de suas residências. Muitos dos migrantes, trabalhadores do complexo Suape, residiam em alojamentos, formais e informais, em geral hotéis e pousadas que disponibilizaram suas vagas para as empresas da construção civil – e que não foram acessados pela pesquisa. Certamente, a diferença entre população masculina e feminina, que na ocasião da pesquisa estava efetivamente trabalhando, deveria ser muito maior do que o expresso nos números aqui apresentados.

Os resultados apontam que a gravidez entre os 12-18 anos não é um fenômeno novo. Expressivo percentual de mulheres, nas diferentes faixas de idade investigadas, tiveram sua primeira gravidez neste período. Pôr em perspectiva os dados de mulheres de diferentes faixas de idade permitiu melhor dimensionar o fenômeno da “gravidez na adolescência” como atravessando as várias gerações de mulheres entrevistadas. Essa dinâmica está relacionada ao modo como o sistema de sexo-gênero articula trabalho e renda na economia política da sexualidade e dos afetos (Rubin, 1993).

Considerações finais: as relações de gênero e o percurso de vida das mulheres

Este trabalho discutiu resultados de três estudos que abordaram experiências sexuais e reprodutivas de mulheres jovens. Tomamos a problemática da “gravidez na adolescência”, que ainda causa pânico moral no senso comum, entre profissionais e na academia como tema chave para discussão.

As mulheres são objeto de forte regulação de suas sexualidades, por meio de processos de estigmatização, em que a virgindade é tomada como elemento diacrítico para que os homens escolham as boas para casar. Não obstante, as jovens aprendem estratégias para se proteger da estigmatização e experimentarem os prazeres sexuais. Ainda assim, a impossibilidade de se assumirem enquanto sujeitas de uma vida sexual ativa dificulta o acesso a (profissionais de saúde ou insumos) métodos preventivos e contraceptivos, por medo de serem estigmatizadas. Por um lado, temos a dificuldade no exercício da contracepção e, do outro, temos o desejo de tornarem-se mães e donas de casa.

Sugerimos que o fenômeno “gravidez na adolescência” estaria assentado nas próprias relações de gênero, em suas interrelações com economia, formação da família e, mais amplamente, nas posições que o sistema de sexo-gênero estabelece para homens e mulheres em relação à divisão do trabalho (doméstico e público) e na regulação dos afetos e formações de parcerias sexuais (poder econômico para os homens e beleza juvenil para as mulheres).

Assim, situando a “gravidez da adolescência” como produtos das relações desiguais de sexo-gênero, que criam assimetrias de poder e afetam a vida de mulheres e homens, sugerimos que para enfrentar o problema, criar um pânico moral não é o melhor caminho, na medida em que isso tende a culpabilizar as famílias e as mulheres, por estas não se adequarem à atual norma médica e social sobre o período reprodutivo.

Um conjunto de estudos qualitativos mostra que as mulheres (e também os homens), desde crianças, almejam casar, ter filhos e constituir suas próprias

famílias. Muito antes da gravidez chegar, muitas meninas relatam que já estavam insatisfeitas com a vida escolar, e não tinham pretensão em formação qualificada e entrada no mundo do trabalho fora de casa. Há gerações as mulheres são formadas para serem mães, e os dados obtidos na pesquisa aqui analisada revelam que a faixa reprodutiva ideal é diferente daquela proposta pela ciência e políticas públicas. A maior parte das mulheres de Cabo de Santo Agostinho, nas diferentes faixas de idade investigadas, engravidaram entre os 16 e os 25 anos.

Em adição, as entrevistadas do segundo estudo e suas redes de convívio sugerem que um grande impedimento para que as mulheres retornem aos estudos, ou mesmo busquem emprego fora de casa, são seus companheiros. Os homens assumem uma posição tutelar sobre suas companheiras e esposas e as impedem de voltar para a escola ou a trabalhar fora de suas residências. Além disso, há uma carência de equipamentos sociais que deem apoio para as mulheres, quando querem ou precisam se afastar de suas crianças para ingressar no universo do trabalho dito “produtivo”. Em muitos fóruns de discussão em que integrantes da equipe do Diálogos Suape estiveram presentes, as mulheres clamaram por creches, nas quais pudessem deixar seus filhos para se dedicarem aos estudos e ao trabalho fora de casa (Lyra *et al.*, 2015).¹⁸

O que se quer, quando problematiza-se a “gravidez na adolescência” e o direito das mulheres jovens exercerem sua sexualidade sem serem estigmatizadas desde uma perspectiva feminista, é refletir sobre as condições sociais opressivas que impactam as condições de vidas das mulheres, de modo a fomentar oportunidades para que estas alcem melhores condições de existência, que inclui o respeito aos seus desejos e projetos de vida, mas também oportunidades de formação escolar e acesso a postos de trabalho qualificado, com consequente melhoria de renda.

Neste sentido, tratar a gravidez entre mulheres jovens como inadequado ou suas práticas sexuais como impróprias é pouco produtor. O que estamos sugerindo é que uma mudança nesse padrão sociocultural exigirá um maior esforço social e do próprio Estado: solicita mudanças nas relações de gênero, nos seus desdobramentos em termos de educação (formal e informal, que juntas

18 Além da demanda por creche, o trabalho de pesquisa-intervenção em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, realizado pelo Diálogos Suape, mostrou como os profissionais atuantes nos equipamentos sociais da região (escolas, unidades de saúde e assistência, conselhos tutelares etc.) reconheciam a necessidade e efetivamente se engajavam nas ações propostas sobre as temáticas da sexualidade e reprodução (Santos C. *et al.*, 2015; Rios; Lins *et al.*, 2015). Do mesmo modo, notamos o forte interesse da população, em especial as mulheres adultas (Lyra *et al.*, 2015), os(as) jovens (Menezes; Adrião; Rios, 2015) e as crianças e suas famílias (Silva *et al.*, 2016), em participar das ações de garantia dos direitos sexuais de crianças e jovens, inclusive o direito à educação sexual.

formam sujeitos afeitos à estrutura social em vigor); mudanças nas relações econômicas como impactos nos postos de trabalho e acesso à renda para homens e mulheres, o que também exigirá a reconfiguração do trabalho doméstico, incluindo novas divisões entre homens e mulheres para a realização do cuidado com a prole e a residência.

Referências

- ALMEIDA, Margareth. Gravidez adolescente: a diversidade das situações. *Revista Brasileira de Estudos de Populações*. Rio de Janeiro, v.1 9, n. 2, jul/dez. 2002, pp. 197-208.
- ARILHA, Margarete; CALAZANS, Gabriela. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CPND, 1998.
- BELO, Márcio; SILVA, João. Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes. *Revista Saúde Pública*. São Paulo, v. 38, n. 4, 2004, pp. 479-487.
- BERER, Marge. Dual Protection: More Needed than Practised or Understood. *Reproductive health Matters*, v. 14, n. 28. 2006, pp. 162-170.
- BERQUÓ, Elza. Rearranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília (org). *História da vida privada IV: contrastes a intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 411-437.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu*. Campinas, n. 26, 2006, pp. 329-376.
- BRANDÃO, Elaine; HEILBORN, Maria Luisa. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006, pp. 1421-1430.
- BRASIL. *PCAP: Pesquisa de Conhecimento Atitudes e Práticas na População Brasileira* 2008. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento*. Pernambuco. s/d. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado/pe>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Mirian; DA SILVA, Lorena. *Juventudes e sexualidade*. Brasília, UNESCO, 2004.
- CLEMENTINO, Núbia. Sobre “gatas velhas” e “santas”: vínculos afetivos e dupla proteção entre mulheres jovens de uma comunidade da periferia do Recife. Dissertação de Mestrado, Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997 (164).

- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Série: Filhos de Suape*. Caderno Vida Urbana. Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/jairoblima/filhos-de-suape>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- FIGUEIREDO, Regina; SANTOS, Alessandro; PEIXOTO, Marcelo. Promoção da saúde sexual e reprodutiva em contextos de grandes obras de infraestrutura e trabalho temporário masculino. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia; RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 91-11.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cad. Pagu*. Campinas, n. 5, 1995, pp. 07-41.
- HEILBORN, Maria Luiza et al. (orgs). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro, Garamound, 2005.
- . Maria Luiza et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução de trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Garamond e Fiocruz, 2006.
- IBGE. *Conheça Cidades e Estados do Brasil*. s/d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2019.
- LEAL, Ondina; FACHEL, Jandira. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, Maria Luisa; BRANDÃO, Elaine (Orgs). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999, pp. 96-116.
- LIMA, IO. As mães adolescentes de comunidades populares: um estudo de casos. Dissertação de Mestrado, Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- LYRA, Jorge. Participação masculina na gravidez adolescente. In: VIEIRA, Elisabeth et al. (Org.). *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro, Associação Saúde da Família, 1998.
- LYRA, Jorge et al. Mulheres e Educação para Cidadania. In: RIOS, Luís; LINS, Maria et al. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 111-130.
- MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações*, n. 7, 2004, pp. 60-80.
- MENEZES, Jaileila et al. Gravidez e maternidade na adolescência e suas repercussões no processo de escolarização. *Percursos*, v. 13, n. 2, 2012, pp. 134 – 154.
- MENEZES, Jaileila; ADRIÃO, Karla; RIOS, Luís. (Org.). *Jovens, câmera, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*. Recife: EdUFPE, 2015

- MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, Maria; BRANDÃO, Elaine (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- PAIVA, Vera. Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para prevenção do hiv/aids. In: PARKER, R. et al. (Org.). *A aids no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Fazendo arte com camisinha: sexualidades jovens em tempos de aids*. São Paulo, Summus, 2000.
- PAIVA, Vera; ARANHA, Fernando; BASTOS, Fernando; GEPSAIDS. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, 2008, pp. 54-64.
- PAIVA, Vera; CALAZANS, Gabriela; VENTURI, Gustavo; DIAS, Rita. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, 2008, pp. 45-53.
- PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Best Seller, 1991.
- QUADROS, Marion. Paternidade, trabalho doméstico e envolvimento com os/as filhos/as In: CAMPOS, Roberta; HOFFNAGEL, Judith C. (Orgs.). *Pensando família, gênero e sexualidade*. Recife, EdUFPE, 2006, pp. 59-98.
- QUADROS, Marion. Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais. In: SCOTT, Russell; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion (Orgs.). *Saúde, Sexualidade e Famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife, EdUFPE, 2007, pp.75-95.
- QUADROS, Marion. Desenvolvimento, Sexualidade de Mulheres Jovens, Políticas de Educação e Práticas Educativas: entre ausências, silenciamentos e invisibilizações. *Revista Antropológicas*, v.25, 2014a, pp.175 - 206.
- QUADROS, Marion. Sexualidade de mulheres jovens urbanas e rurais: algumas notas sobre autonomia e processos de invisibilização nos serviços de saúde e na família. In: MENEZES, Jaileila; COSTA, Mônica; ARAÚJO, Tatiana. (Org.). *JUBRA: Territórios Interculturais de Juventude*. Recife, EdUFPE, 2014b, pp. 131-154.
- QUADROS, Marion; ADRIÃO, Karla; XAVIER, Anna. Circuitos (des) integrados? Relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE). In: NASCIMENTO, Pedro; RIOS, Luis (orgs). *Gênero, saúde e práticas profissionais*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2011, pp. 73-94.
- QUADROS, Marion Teodósio de et al. Mulheres jovens, sexualidade e redes de convivência em uma comunidade rural de Caruaru/PE: circuitos (des)integrados? *Revista Antropológicas*. v.13, n.1, 2012, pp. 137-159.

- QUADROS, Marion et al. Conhecimentos e práticas de prevenção em HIV/Aids em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PE): refletindo sobre o impacto do Programa Diálogos Suape a partir de uma pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas. In: RIOS, Luís; LINS, Maria; QUEIROZ, Tacinara; TEÓFILO, Maria. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. RECIFE, EdUFPE, 2015, pp. 151-173.
- QUEIROZ, Tarcinara; RIOS, Luís. Ninguém é de ferro frente aos prazeres da carne: organização da sexualidade entre mulheres jovens de um bairro popular do Recife. In: MENEZES, Jaileila; COSTA, Mônica; ARAÚJO, Tatiana. (Org.). *JUBRA: territórios interculturais de juventude*. Recife, EdUFPE, 2013, pp. 309-324.
- QUEIROZ, Tacinara; RIOS, Luís. Brincando e conversando sobre safadeza: significados e experiências sexuais de crianças e adolescentes da Região Metropolitana do Recife. In: TASSINARI, Antonella; ALMEIDA, José; RESENDÍZ, Nicanor. (Org.). *Diversidade, Educação e Infância: Reflexões antropológicas*. Florianópolis, Editora UFSC, 2014, p. 133-159.
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Adolescentes saúde sexual saúde reprodutiva: dossiê*. Belo Horizonte, Rede Feminista de Saúde, 2004.
- RIOS, Luís; LINS, Maria et al. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife, EdUFPE, 2015
- RIOS, Luís; MEDRADO, Benedito et al. Diálogos Suape: pesquisa-intervenção-pesquisa sobre saúde e cidadania de populações afetadas pelas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Pernambuco. In: RIOS, Luís; LINS, Maria; QUEIROZ, Tacinara; TEÓFILO, Maria. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 13-35.
- RIOS, Luís et al. Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens. *Psicologia em Estudo*. Maringá, vol.13, n.4, out-dez 2008, pp.673-682.
- RIOS, Luis et al. Rumo à adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cad. CEDES*, v.22, n. 57, ago 2002, pp.45-61.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife, SOS Corpo, 1993.
- SANTOS, Camila et al. Caravana da Cidadania: a psicologia comunitária mobilizando as comunidades para a promoção à saúde e direitos humanos. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia; RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 257-283.
- SANTOS, Dayse et al. Desenvolvimento e reprodução: um estudo comparativo em três polos pernambucanos. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia;

- RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, Ed UFPE, 2015, pp. 16-42.
- SCOTT, Parry; QUADROS, Marion; LONGHI, Márcia. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva In: SCOTT, Parry; QUADROS, Marion. *A diversidade no Iburá: gênero, geração e saúde em um bairro popular do Recife*. Recife, EdUFPE, 2008, p. 133-170.
- SILVA, Bárbara *et al.* O caderninho azul: reflexões sobre uma ação de enfrentamento à violência sexual envolvendo crianças e seus familiares. In: RIOS, Luís; VIEIRA, Luciana; QUEIROZ, Tacinara (Org.). *Metodologias participativas e mobilização psicossocial: promoção da saúde e enfrentamento da violência sexual e de gênero*. Recife, EdUFPE, 2016, v. 1, pp. 146-167.
- SILVA, Sirley. Trabalho e risco na composição da identidade do “pião trecheiro”. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia; RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 67-80.
- TREICHLER, Paula. AIDS, homophobia and biomedical discourse: an epidemic of signification. *Cult Stud.*, v.1, n. 3, 1987, pp. 263-305.
- VILLELA, Wilza; DORETO, Daniella. Sobre a experiência sexual dos jovens. *Cad. de Saúde Pública*, v. 22, n. 11, nov. 2006, pp. 2467-2472.
- XAVIER, Anna. Mulheres jovens e prática da dupla proteção em uma comunidade popular do Recife. Dissertação de Mestrado, Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- XAVIER, Anna. “Por medo de ter que casar”: namoro, virgindade e gravidez nas narrativas sobre trajetórias de vida das jovens e adultas jovens da microrregião de Suape/PE. Tese de Doutorado, Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

Recebido em: 14/03/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

RIOS, Luís Felipe Rios e QUADROS, Marion Teodósio de, Frank Antonio. Gênero, sexualidade e reprodução no curso de vida de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 465-491.